



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 160/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 02 de setembro de 2022

AOS

LICITANTES,

**Concorrência nº 002/2022 -
DECOMP/DA.**

Objeto: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF. Conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico, Edital e seus anexos.

Prezados(as) Senhores(as)

Comunicamos a V.Sas que os Recursos Administrativos protocolados pelas empresas/consórcios: CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP, CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA, ENGEMIL ENGENHARIA, PORTO BELO ENGENHARIA e CONCREPOXI ENGENHARIA, nos termos da Nota Técnica nº 38 empreendida pela Diretoria de Edificações (93659162) e Despacho (94546667), Relatório da CPL nº 235 e 258 (93679127 e 94579535), Parecer Jurídico nº 491 (94174970), Despacho (94656126) e aprovação do Senhor Diretor-Presidente da Companhia (94480200 e 94684649) constante no processo nº 00112-00026230/2021-00, que foi **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem. **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., em razão da perda superveniente do interesse recursal. **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e **DAR PROVIMENTO** aos recursos das empresas ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA e CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-las no certame licitatório.

Os documentos que corroboraram para decisão encontram-se à disposição de todos os interessados na Divisão de Licitações e Contratos - DILIC/DECOMP/DA, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco "A", 1º andar – conjunto sede da Companhia em Brasília e

Atenciosamente,

Aline Alves de Oliveira

Chefe do DECOMP/DA.

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 02/09/2022, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **94803784** código CRC= **A6E05D56**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Diretoria de Edificações

Departamento Técnico

Nota Técnica N.º 38/2022 - NOVACAP/PRES/DE/DETEC

Brasília-DF, 18 de agosto de 2022.

URGENTE

Ref.: Concorrência nº 002/2022 - DECOMP/DA.

Processo nº 00112-00026230/2021-00

Objeto: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF. Conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico, Edital e seus anexos.

Tratam-se de recursos administrativos apresentados pelas seguintes empresas/consórcios: **CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP** (formado pelas empresas: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA e TOTALQP ENGENHARIA LTDA) (Sei: 92066713), **ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA** (Sei: 92080556), **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** (Sei: 92130475), **CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA** (Sei: 92203540) e **CONSÓRCIO TEATRO DE BRÁSILIA** (formado pelas empresas: CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A e MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A) (Sei: 92203794)

Encaminhamos abaixo esclarecimentos eminentemente técnicos a fim de subsidiar resposta da DILIC/DECOMP/DA/NOVACAP, como representante da NOVACAP às licitantes e demais interessados.

(1) Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Consórcio: SQUADRO/TOTALQP

Código SEI GDF: 92066713

Razões:

09. Nos moldes da decisão da Comissão de licitação, o Consórcio SQUADRO/TOTALQP foi inabilitado por, supostamente, não ter demonstrado capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da licitação. No entanto, não é isso que uma análise detida da documentação apresentada demonstra. Senão vejamos.

Pedido(s):

- a) Receber e conhecer o presente **RECURSO** com efeito suspensivo previsto no § 2º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, pelas razões de fato e de direito que o fundamentam;
- b) **REFORMAR** a decisão de inabilitação do Consórcio SQUADRO/TOTALQP por atender as exigências habilitatórias, declarando-o **HABILITADO**;

Manifestação da área técnica: Considerando tratar-se de pedido de revisão quanto à qualificação/habilitação econômico-financeira da interessada, sob a responsabilidade da Comissão de Licitações, sugerimos restituir os autos à DILIC para que se proceda a verificação quanto à pertinência do pleito.

(2) Recurso Administrativo **expedido em 25/07/2022**

Empresa: ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA

Código SEI GDF: 92080556

Razões:

Como consta na ata da primeira fase da licitação, a Recorrente foi considerada inabilitada apenas e tão somente pelo argumento de não ter atendido o disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 -06" que tratada da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privadas no quantitativo mínimo de 5.390,00 m.

(...)

Assim, resta claro que a Comissão se apegou ao fator isolado de unidade de espessura de cabo, e de interpretação crua e simples da norma, de cunho



absolutamente inessencial para os serviços, notadamente quando o serviço de instalação sequer foi trazido como fator de relevância técnica e financeira no edital – mas tão somente a quantidade de cabos e seu custo de mercado.

Voltando a dizer: a relevância dada para o 6.1.8, b.2 – item 6 foi toda focada no custo e quantidade do material, pois a mão de obra na instalação deste item (que se destina à efetiva experiência da empresa) representa em torno de 3% do valor do material que já vem de fábrica, e não tem qualquer diferencial de execução pela SINAPI quanto aos demais cabos, restando claro que a execução da instalação do item não tem qualquer relação com as exigências impostas por lei de: simultaneidade DE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA E VALOR SIGNIFICATIVO DA CONTRATAÇÃO.

Desconsiderou-se sim, os objetivos da Administração e os limites da razoabilidade, transbordando o formalismo que se basta em si mesmo, sem ter em vista qualquer outro objetivo consentâneo com o interesse público.

Pedido(s):

DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, delineados os fatos e suas consequências jurídicas requer esta empresa, após a análise das presentes ponderações que se digne Vossa Excelência a, conhecer e julgar procedente o presente recurso a fim de:

- Determinar a reforma da decisão de inabilitação da empresa ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA por ter comprovado a qualificação técnico-operacional exigida no Edital, muito além da necessária para a futura demanda;

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 93599958), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1KV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou

privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

(3) Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Empresa: PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

Código SEI GDF: 92130475

Razões:

O Consórcio Teatro de Brasília, composto pelas empresas Concrejato e MPE, apresentou acervos de 8 (oito) obras que possuem alguma relação com reforma ou construção de teatro ou auditório e que podem ter sido equivocadamente considerados pela CPL.

(...)

CAT: 2620110005179

ATESTADO: ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AUDITÓRIO

O serviço executado é de **restauração**, mas considerando que houve também modernização do auditório, computa-se 355m² de "reforma" em auditório através do somatório das áreas de plateia e mezanino e palco.

Portanto, o acervo é válido para somatório, contribuindo com 355m² de reforma de auditório, com a finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

(...)

CAT: 2620120008682

ATESTADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO DE TEATRO

De acordo com o objeto do contrato, o serviço resume-se à **restauração** do teatro, não podendo ser considerado válido para atendimento do item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

Objeto do contrato:

- **RESTAURO E CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS E ALA NOBRE DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.**
- **RESTAURO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES INTERNOS DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.**

CAT: 236716

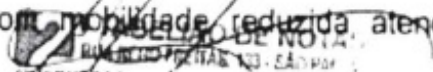
ATESTADO: INSPETORIA SANTA CATARINA DE SENA

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO, REFORMA E ACABAMENTOS DA ALA RESIDENCIAL E ALA DE SERVIÇOS

Embora esteja expreso no atestado que o serviço foi de **restauração** do auditório, é possível considerar que "adaptação" seja equivalente à reforma.

No entanto, o documento não comprova a área de auditório que pode ter sido reformada, não podendo ser considerado válido para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

O Auditório do colégio com capacidade inicial para 195 pessoas sentadas foi integralmente restaurado e adaptado. Recebeu cabine de comando (sonorização e iluminação cênicas – varas instaladas acima do palco e platéia), acessibilidade, através de plataforma elevatória e, portanto passou a ter 185 lugares, sendo 04 deles acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, atendendo à legislação (


MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAT: SZL-04424

ATESTADO: BANCO DO BRASIL

SERVIÇO: REFORMA E RESTAURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL;

Há menção no atestado de que foram construídos um teatro, auditórios e cinema, contudo, o documento não demonstra a área destas instalações.

Apesar disso, importa ressaltar que o edifício compreende subsolo, pavimento térreo, mezanino e mais cinco pavimentos, sendo que no 1º andar há um cinema/auditório para 87 lugares, no 2º um auditório para 55 lugares e no 3º um teatro para 130

lugares, ou seja, a metragem total da obra não pode ser atribuída aos auditórios e teatro, os quais não foram detalhados.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m², uma vez que não demonstra a metragem destas áreas.

(...)

CAT: 2620120007289

ATESTADO: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

SERVIÇO: RESTAURO DO EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO DA LUZ PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Embora o serviço executado tenha sido de **restauração**, constam alguns pequenos serviços em auditório, sem, contudo, demonstrar a característica e a metragem destas áreas.

(...)

CAT: 56535/2015

ATESTADO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

SERVIÇO: REFORMA DO CENTRO DE ARTES DA UFF

Consta no atestado de capacidade técnica a execução de reforma de teatro, com área total de 497m² e, ainda, a reconstrução de um cinema com 271 lugares. O

documento, no entanto, não demonstra a metragem do cinema, de forma que só é possível computar os 497m² de reforma do teatro.

Portanto, válido para somatório, contribuindo com 497m² de reforma de teatro, com a finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

CAT: 2620110003065

**ATESTADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL N.S. DA
PENHA**

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA

Com base no atestado de capacidade técnica, não houve reforma do auditório, mas apenas sua restauração. De qualquer forma, o documento não demonstra a metragem do auditório.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

CAT: 2620120007286

ATESTADO: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DO FUTEBOL

De acordo com o atestado de capacidade técnica, teria sido construído um auditório com capacidade para 181 lugares. No entanto, assim como recorrente na documentação do consórcio, não há menção da área, condição essencial para o atendimento da exigência.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

Por fim, ainda que pareça óbvio, destaca-se que a exigência imposta pelo item 01 da tabela de capacidade técnica-operacional, exigiu a comprovação de área mínima. Desta forma, não há como atingir esta determinação sem que os atestados demonstrem área dos auditórios e teatros reformados/construídos.

Pedido(s):

Com base no exposto acima, apenas os acervos vinculados às CATS 2620110005179 e 56535/2015 podem ser considerados para fins de somatório.

Logo, o Consórcio Teatro de Brasília somente conseguiu comprovar a execução dos serviços de reforma ou construção de teatro ou auditório, em 852m², insuficientes para o atendimento da exigência imposta pelo item 01, alínea "b.2", subitem 6.1.8 do Edital da licitação.

À vista disto requer-se a reforma do julgamento, tornando o CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA inabilitado na licitação, nos termos do item 10.5 do Edital.

Manifestação da área técnica: Tendo em vista os argumentos apresentados pela requerente e visando promover a competitividade e o decorrente sucesso no certame, sugerimos à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade de proceder diligência junto ao Consórcio Teatro de Brasília, solicitando o envio de documentação complementar com vista à comprovação da execução do quantitativo mínimo requerido no item 01 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital.

(4) Recurso Administrativo **expedido em 29/07/2022**

Empresa: CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA

Código SEI GDF: 92203540

Razões:

Nesse contexto, durante a fase de julgamento de habilitação, não obstante ter cumprido com todos os requisitos necessários à habilitação, tanto da Lei, como do Edital, a ConcrEpoxl, surpreendentemente, terminou sendo inabilitada, nos seguintes termos:

"Após análise das documentações das empresas/consórcios licitantes, a Comissão, decidiu com a corroboração da área técnica demandante - Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/SEREO - (91344960), pela **inabilitação** das empresas/consórcios: [...] CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA. por não atenderem ao disposto no subitem 6.1.8, letra "b.2" do Edital (não comprovaram a quantidade mínima do subitem 6 (cabo flexível 240mm²)."

(...)

Conforme dispositivos do Edital em questão, para a comprovação de qualificação técnica-operacional, exige-se que a empresa possua atestados de execução de, dentre outros itens, "fornecimento e instalação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privadas", com quantidade mínima de 5.390,00m.

Em razão de tais exigências, a licitante apresentou Atestados de Cabos flexíveis de cobre de diversas metragens, de 10mm² até 240mm², totalizando 7.799,60m de cumprimento (Atestados n°s 1027332015 CREA-PE e 1444/2001 CREA-PE), superando em até 44,7% da quantidade exigida no Edital.

(...)

Ora, se a exigência contratual for de cabo de cobre flexível de 50mm², a empresa utilizará este tipo de cabo, mas isso não quer dizer que a empresa não consiga operar com cabo de 240mm² de espessura. Quem define a espessura é o projeto e não a contratada. Esta somente obedece ao que foi exigido.

Mas não é só. A licitante forneceu atestados de cabo de cobre flexível com 240mm², demonstrando, mais uma vez, que a inabilitação da ConcrEpoxl somente restringirá a competitividade do certame, uma vez que a empresa é plenamente apta a cumprir o objeto, dada suas experiências pregressas.

Isto é, ainda que a licitante não tivesse apresentado - e comprovado - a capacidade técnica com os Atestados de cabo de cobre flexível com 240mm², não caberia a esta d. Comissão inabilitar a empresa somente por apresentar a espessura do cabo de cobre distinta.

Pedido(s):

Isto posto, por todos os fundamentos e razões retro apresentados, **REQUER**, caso esta d. Comissão não use da faculdade da reconsideração conforme lhe é facultado na Lei e pelo poder-dever da Autotutela, que V. Sra., se digne a determinar a reforma da decisão guerreada, por todas as razões apresentadas neste petítório, decidindo-se pelo provimento do recurso interposto, deliberando pela habilitação da ora Recorrente, possibilitando o prosseguimento do certame conforme ditames legais,

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 93599958), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1KV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os

cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

(5) Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Consórcio: TEATRO DE BRASÍLIA

Código SEI GDF: 92203794

Razões:

com pedido preliminar de **RECONSIDERAÇÃO**, em face do julgamento da HABILITAÇÃO da licitante **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (“PORTO BELO”)**, tendo em vista que foi habilitada, a despeito de não ter atendido diversos itens do Edital em referência, fato este que contraria a legislação federal e a reiterada jurisprudência dos Tribunais de Contas, conforme será amplamente demonstrado, mediante as razões de fato e de direito a seguir deduzidas, requerendo o seguimento destas, a fim de que sejam apreciadas e julgadas pelo Ilmo. **DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP**, na qualidade de Autoridade Superior para tanto competente.

(...)

5. A referida decisão, entretanto, merece ser reconsiderada por esta Comissão de Licitação, ou reformada pela Autoridade Competente, tendo em vista que a PORTO BELO descumpriu diversas exigências do Edital, em especial o item 6.1.8, subitem “b.1”; o item 6.1.6, alínea b.2”; e o item 6.1.8. alínea “i”, conforme será a seguir demonstrado.

(...)

7. Desta forma, as licitantes deveriam indicar Engenheiro ou Arquiteto Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de Estruturas de Concreto e Metálicas em Edificações com experiência profissional, de no mínimo 8 (oito) anos, comprovada por meio de Atestados e CAT's e Certificados de Execução de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto E metálicas em edificações públicas e/ou privadas.

8. A PORTO BELO não atendeu a referida exigência, pois não foram apresentados Atestados, CAT's ou Certificados de serviços de REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS emitidos em favor dos Engenheiros ou Arquitetos por si indicados.

(...)

14. Desta forma, a Licitantes deveriam comprovar, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, dentre outras, a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS COM, NO MÍNIMO, 9.900,00 KG.

15. A PORTO BELO, entretanto, não comprovou a referida Capacidade Técnica Operacional, pois deixou de apresentar atestados de execução de SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS.

(...)

20. Além do acima exposto, a PORTO BELO deixou de apresentar a Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, conforme determina o item 6.1.8, alínea "i".

Pedido(s):

32. Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas o CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA, requer a esta douta Comissão Especial de Licitação e ao Ilmo. Diretor Presidente da NOVACAP, na qualidade de autoridade superior, a inabilitação da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., tendo em vista o descumprimento das exigências contidas no edital, em especial ao determinado no item 6.1.8, subitem "b.1"; no item 6.1.6, alínea b.2"; e no item 6.1.8. alínea "i", conforme determinado no item 10.5 do Edital.

Manifestação da área técnica: Tendo em vista os argumentos apresentados pela requerente e visando promover a competitividade e o decorrente sucesso no certame, sugerimos à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade e necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, solicitando o envio de documentação complementar, de forma a tornar mais robusta a comprovação

de que os serviços facilmente indetectáveis na documentação de habilitação, referentes à manutenção, revisão e execução de estruturas metálicas, contemplam a atividade de reforço estrutural em estruturas metálicas e a respectiva metragem mínima requeridas, respectivamente, no terceiro item do quadro contido na alínea b.1 e do item 04 do quadro contido na alínea b.2, ambos do subitem 6.1.8 do Edital.

Quanto à Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente, a mesma encontra-se à página 70 do documento Habilitação - Documentos - Tomo I - (PORTO BELO) (SEI nº 90983464), não cabendo provimento às alegações da requerente.

É o que temos a esclarecer.

Atenciosamente.

Elaborado por:

Arqª Luana Helena de Oliveira Martins de Souza
DETEC/DE/NOVACAP

Verificado por:

Arqª Alessandra do N. Bittencourt
Chefe do DETEC/DE/NOVACAP

Por estar de acordo, **APROVO** as informações aqui prestadas,

Engº Rubens de Oliveira Pimentel Junior
Diretor de Edificações



Documento assinado eletronicamente por **LUANA HELENA DE OLIVEIRA MARTINS DE SOUZA - Matr.0973102-4, Arquiteto(a)**, em 18/08/2022, às 11:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA DO NASCIMENTO BITTENCOURT - Matr.0074724-6, Chefe do Departamento Técnico**, em 18/08/2022, às 13:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JÚNIOR - Matr.0973384-1, Diretor(a) de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 18/08/2022, às 13:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=93659162)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=93659162)
verificador= **93659162** código CRC= **02C6FCD3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2737

Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/SEREO

Brasília-DF, 30 de agosto de 2022.

À DECOMP,

Referente ao Despacho DILIC/DECOMP (94538177) informamos que em vista dos argumentos apresentados pelo Consórcio Teatro de Brasília e após manifestação da área técnica dessa Diretoria de Edificações, informamos que não há necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, uma vez que a documentação apresentada atende ao indicando no edital conforme já despachado anteriormente (91344960).

Para exemplificar a decisão tomada temos a CAT 1020210000261 do Engº Agostinho Alcantara, que na indicação de equipe técnica será o coordenador e responsável pela execução de reforço estrutural. A CAT apresentada indica a área de 1.546,72m² ou 27.840,96kg. No mesmo atestado técnico que deu origem CAT supracitada também consta o Engº Guilhermino Moraes Melo (CAT 1020220000272). Já na CAT1020210000492 consta os serviços em que o Engº Helio Feitosa fazia parte da equipe. Todos com mais de 8 anos atuando na área.

Com o exposto, entendemos que não há necessidade de diligências bem como não há como acatar o recurso da empresa supracitada.

Antonio Taumaturgo de Oliveira

Membro da CPL

Engº Rubens de Oliveira Pimentel Junior

Diretor de Edificações



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO TAUMATURGO DE OLIVEIRA - Matr.0074452-2, Técnico em Edificações**, em 30/08/2022, às 16:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JÚNIOR - Matr.0973384-1, Diretor(a) de Edificações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 30/08/2022, às 16:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **94546667** código CRC= **7109F532**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2416



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC Brasília-DF, 18 de agosto de 2022

Ref.: Concorrência nº 002/2022 - DECOMP/DA

Objeto: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF. Conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico, Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se do Recursos Administrativos, interpostos pelas empresas:

EMPRESA	MOTIVO RECURSO	SEI
ENGEMIL Engenharia Empreendimentos Manutenção e Instalações Ltda.	Contra sua própria inabilitação	92080556
CONCREPOXI Engenharia Ltda	Contra sua própria inabilitação	92203540
Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda	Contra habilitação do Consórcio Teatro de Brasília	92130475
Consórcio SQUADRO/TOTALQP - formado pelas empresas Construtora e Incorporadora SQUADRO Ltda	Contra sua própria inabilitação	92066713
Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA - formado pelas empresas CONCREJATO Serviços Técnicos de Engenharia S/A e MPE Engenharia e Serviços S/A	Contra a habilitação da Porto Belo	92203794 92229560

Contrarrazoado pelas empresas Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (92785475) e Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda (92875521).

Os autos foram remetidos à área técnica demandante, mediante Despacho nº 92875941(NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC), para conhecimento e demais providências.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DOS RECURSOS

Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento dos presentes recursos**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

Destarte, as razões recursais são TEMPESTIVAS.

Contra os referidos recursos foram apresentadas Contrarrazões.

3. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

As Recorrentes, em suas Razões de Recurso, requereram em suma:

RECURSO 1

(1) Recurso Administrativo **Consórcio SQUADRO/TOTALQP** - 92066713

Razões:

09. Nos moldes da decisão da Comissão de licitação, o Consórcio SQUADRO/TOTALQP foi inabilitado por, supostamente, não ter demonstrado capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da licitação. No entanto, não é isso que uma análise detida da documentação apresentada demonstra. Senão vejamos.

Pedido(s):

- a) Receber e conhecer o presente **RECURSO** com efeito suspensivo previsto no § 2º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, pelas razões de fato e de direito que o fundamentam;
- b) **REFORMAR** a decisão de inabilitação do Consórcio SQUADRO/TOTALQP por atender as exigências habilitatórias, declarando-o **HABILITADO**;

RECURSO 2

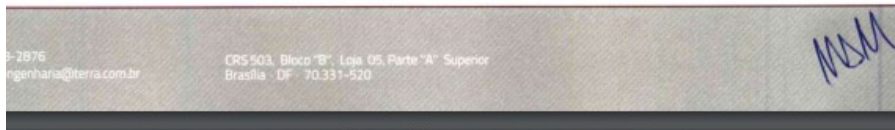
(2) Recurso Administrativo **ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES-LTDA** 92080556

Razões:

Como consta na ata da primeira fase da licitação, a Recorrente foi considerada inabilitada apenas e tão somente pelo argumento de não ter atendido o disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 -06" que tratada da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privadas no quantitativo mínimo de 5.390,00 m.

(...)

Assim, resta claro que a Comissão se apegou ao fator isolado de unidade de espessura de cabo, e de interpretação crua e simples da norma, de cunho



absolutamente inessencial para os serviços, notadamente quando o serviço de instalação sequer foi trazido como fator de relevância técnica e financeira no edital – mas tão somente a quantidade de cabos e seu custo de mercado.

Voltando a dizer: a relevância dada para o 6.1.8, b.2 – Item 6 foi toda focada no custo e quantidade do material, pois a mão de obra na instalação deste item (que se destina à efetiva experiência da empresa) representa em torno de 3% do valor do material que já vem de fábrica, e não tem qualquer diferencial de execução pela SINAPI quanto aos demais cabos, restando claro que a execução da instalação do item não tem qualquer relação com as exigências impostas por lei de: simultaneidade DE PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA E VALOR SIGNIFICATIVO DA CONTRATAÇÃO.

Desconsiderou-se sim, os objetivos da Administração e os limites da razoabilidade, transbordando o formalismo que se basta em si mesmo, sem ter em vista qualquer outro objetivo consentâneo com o interesse público.

Pedido(s):

DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, delineados os fatos e suas consequências jurídicas requer esta empresa, após a análise das presentes ponderações que se digne Vossa Excelência a, conhecer e julgar procedente o presente recurso a fim de:

- Determinar a reforma da decisão de inabilitação da empresa ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA por ter comprovado a qualificação técnico-operacional exigida no Edital, muito além da necessária para a futura demanda;

RECURSO 3

(3) Recurso Administrativo PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - 92130475

Razões:

O Consórcio Teatro de Brasília, composto pelas empresas Concrejato e MPE, apresentou acervos de 8 (oito) obras que possuem alguma relação com reforma ou construção de teatro ou auditório e que podem ter sido equivocadamente considerados pela CPL.

(...)

CAT: 2620110005179

ATESTADO: ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AUDITÓRIO

O serviço executado é de **restauração**, mas considerando que houve também modernização do auditório, computa-se 355m² de "reforma" em auditório através do somatório das áreas de plateia e mezanino e palco.

Portanto, o acervo é válido para somatório, contribuindo com 355m² de reforma de auditório, com a finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

(...)

CAT: 2620120008682

ATESTADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO DE TEATRO

De acordo com o objeto do contrato, o serviço resume-se à **restauração** do teatro, não podendo ser considerado válido para atendimento do item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

Objeto do contrato:

- **RESTAURO E CONSERVAÇÃO DAS FACHADAS E ALA NOBRE DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.**
- **RESTAURO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES INTERNOS DO TEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.**

CAT: 236716

ATESTADO: INSPETORIA SANTA CATARINA DE SENA

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO, REFORMA E ACABAMENTOS DA ALA RESIDENCIAL E ALA DE SERVIÇOS

Embora esteja exposto no atestado que o serviço foi de **restauração** do auditório, é possível considerar que "adaptação" seja equivalente à reforma.

No entanto, o documento não comprova a área de auditório que pode ter sido reformada, não podendo ser considerado válido para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

O Auditório do colégio com capacidade inicial para 195 pessoas sentadas foi integralmente restaurado e adaptado. Recebeu cabine de comando (sonorização e iluminação cênicas – varas instaladas acima do palco e platéia), acessibilidade, através de plataforma elevatória e, portanto passou a ter 185 lugares, sendo 04 deles acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, atendendo à legislação (

CAT: SZL-04424

ATESTADO: BANCO DO BRASIL

SERVIÇO: REFORMA E RESTAURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL;

Há menção no atestado de que foram construídos um teatro, auditórios e cinema, contudo, o documento não demonstra a área destas instalações.

Apesar disso, importa ressaltar que o edifício compreende subsolo, pavimento térreo, mezanino e mais cinco pavimentos, sendo que no 1º andar há um cinema/auditório para 87 lugares, no 2º um auditório para 55 lugares e no 3º um teatro para 130

lugares, ou seja, a metragem total da obra não pode ser atribuída aos auditórios e teatro, os quais não foram detalhados.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m², uma vez que não demonstra a metragem destas áreas.

(...)

CAT: 2620120007289

ATESTADO: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

SERVIÇO: RESTAURO DO EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO DA LUZ PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Embora o serviço executado tenha sido de **restauração**, constam alguns pequenos serviços em auditório, sem, contudo, demonstrar a característica e a metragem destas áreas.

(...)

CAT: 56535/2015

ATESTADO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

SERVIÇO: REFORMA DO CENTRO DE ARTES DA UFF

Consta no atestado de capacidade técnica a execução de reforma de teatro, com área total de 497m² e, ainda, a reconstrução de um cinema com 271 lugares. O

documento, no entanto, não demonstra a metragem do cinema, de forma que só é possível computar os 497m² de reforma do teatro.

Portanto, válido para somatório, contribuindo com 497m² de reforma de teatro, com a finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

CAT: 2620110003065

ATESTADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL N.S. DA PENHA

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA

Com base no atestado de capacidade técnica, não houve reforma do auditório, mas apenas sua restauração. De qualquer forma, o documento não demonstra a metragem do auditório.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

CAT: 2620120007286

ATESTADO: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

SERVIÇO: RESTAURAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DO FUTEBOL

De acordo com o atestado de capacidade técnica, teria sido construído um auditório com capacidade para 181 lugares. No entanto, assim como recorrente na documentação do consórcio, não há menção da área, condição essencial para o atendimento da exigência.

Portanto, o acervo não pode ser considerado para o somatório com finalidade de atender ao item 1 - **construção** ou **reforma** de teatro ou auditório com pelo menos 2.500m².

Por fim, ainda que pareça óbvio, destaca-se que a exigência imposta pelo item 01 da tabela de capacidade técnica-operacional, exigiu a comprovação de área mínima. Desta forma, não há como atingir esta determinação sem que os atestados demonstrem área dos auditórios e teatros reformados/construídos.

Pedido(s):

Com base no exposto acima, apenas os acervos vinculados às CATS 2620110005179 e 56535/2015 podem ser considerados para fins de somatório.

Logo, o Consórcio Teatro de Brasília somente conseguiu comprovar a execução dos serviços de reforma ou construção de teatro ou auditório, em 852m², insuficientes para o atendimento da exigência imposta pelo item 01, alínea "b.2", subitem 6.1.8 do Edital da licitação.

À vista disto requer-se a reforma do julgamento, tornando o CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA inabilitado na licitação, nos termos do item 10.5 do Edital.

RECURSO 4

(4) Recurso Administrativo **CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA - 92203540**

Razões:

Nesse contexto, durante a fase de julgamento de habilitação, não obstante ter cumprido com todos os requisitos necessários à habilitação, tanto da Lei, como do Edital, a ConcrEpoxl, surpreendentemente, terminou sendo inabilitada, nos seguintes termos:

"Após análise das documentações das empresas/consórcios licitantes, a Comissão, decidiu com a corroboração da área técnica demandante - Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/SEREO - (91344960), pela **inabilitação** das empresas/consórcios: [...] CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA. **por não atenderem ao disposto no subitem 6.1.8, letra "b.2" do Edital (não comprovaram a quantidade mínima do subitem 6 (cabo flexível 240mm²)).**"

(...)

Conforme dispositivos do Edital em questão, para a comprovação de qualificação técnica-operacional, exige-se que a empresa possua atestados de execução de, dentre outros itens, "*fornecimento e instalação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privadas*", com quantidade mínima de 5.390,00m.

Em razão de tais exigências, a licitante apresentou Atestados de Cabos flexíveis de cobre de diversas metragens, de 10mm² até 240mm², **totalizando 7.799,60m de cumprimento (Atestados n°s 1027332015 CREA-PE e 1444/2001 CREA-PE), superando em até 44,7% da quantidade exigida no Edital.**

(...)

Ora, se a exigência contratual for de cabo de cobre flexível de 50mm², a empresa utilizará este tipo de cabo, mas isso não quer dizer que a empresa não consiga operar com cabo de 240mm² de espessura. Quem define a espessura é o projeto e não a contratada. Esta somente obedece ao que foi exigido.

Mas não é só. **A licitante forneceu atestados de cabo de cobre flexível com 240mm²**, demonstrando, mais uma vez, que a inabilitação da ConcrEpoxl somente restringirá a competitividade do certame, uma vez que a empresa é plenamente apta a cumprir o objeto, dada suas experiências pregressas.

Isto é, ainda que a licitante não tivesse apresentado - e comprovado - a capacidade técnica com os Atestados de cabo de cobre flexível com 240mm², não caberia a esta d. Comissão inabilitar a empresa somente por apresentar a espessura do cabo de cobre distinta.

Pedido(s):

Isto posto, por todos os fundamentos e razões retro apresentados, **REQUER**, caso esta d. Comissão não use da faculdade da reconsideração conforme lhe é facultado na Lei e pelo poder-dever da Autotutela, que V. Sra., se digne a determinar a reforma da decisão guerreada, por todas as razões apresentadas neste petição, decidindo-se pelo provimento do recurso interposto, deliberando pela habilitação da ora Recorrente, possibilitando o prosseguimento do certame conforme ditames legais,

RECURSO 5

(5) Recurso Administrativo **TEATRO DE BRASÍLIA - 92203794**

Razões:

com pedido preliminar de **RECONSIDERAÇÃO**, em face do julgamento da HABILITAÇÃO da licitante **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA ("PORTO BELO")**, tendo em vista que foi habilitada, a despeito de não ter atendido diversos itens do Edital em referência, fato este que contraria a legislação federal e a reiterada jurisprudência dos Tribunais de Contas, conforme será amplamente demonstrado, mediante as razões de fato e de direito a seguir deduzidas, requerendo o seguimento destas, a fim de que sejam apreciadas e julgadas pelo

Ilmo. DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP,
na qualidade de Autoridade Superior para tanto competente.

(...)

5. A referida decisão, entretanto, merece ser reconsiderada por esta Comissão de Licitação, ou reformada pela Autoridade Competente, tendo e vista que a PORTO BELO descumpriu diversas exigências do Edital, em especial o item 6.1.8, subitem “b.1”; o item 6.1.6, alínea b.2”; e o item 6.1.8. alínea “i”, conforme será a seguir demonstrado.

(...)

7. Desta forma, as licitantes deveriam indicar Engenheiro ou Arquiteto Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de Estruturas de Concreto e Metálicas em Edificações com experiência profissional, de no mínimo 8 (oito) anos, comprovada por meio de Atestados e CAT's e Certificados de Execução de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto E metálicas em edificações públicas e/ou privadas.

8. A PORTO BELO não atendeu a referida exigência, pois não foram apresentados Atestados, CAT's ou Certificados de serviços de REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS emitidos em favor dos Engenheiros ou Arquitetos por si indicados.

(...)

14. Desta forma, a Licitantes deveriam comprovar, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, dentre outras, a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS COM, NO MÍNIMO, 9.900,00 KG.

15. A PORTO BELO, entretanto, não comprovou a referida Capacidade Técnica Operacional, pois deixou de apresentar atestados de execução de SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS.

(...)

20. Além do acima exposto, a PORTO BELO deixou de apresentar a Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, conforme determina o item 6.1.8, alínea “i”.

Pedido(s):

32. Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas o CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA, requer a esta douta Comissão Especial de Licitação e ao Ilmo. Diretor Presidente da NOVACAP, na qualidade de autoridade superior, a inabilitação da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., tendo em vista o descumprimento das exigências contidas no edital, em especial ao determinado no item 6.1.8, subitem “b.1”; no item 6.1.6, alínea b.2”; e no item 6.1.8. alínea “i”, conforme determinado no item 10.5 do Edital.

4. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRIDAS

As Recorridas, em Contrarrazões, requereram, em suma, que os recursos apresentados fosse julgados improcedentes.

É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a área técnica foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através da Nota Técnica 38 (93659162), abaixo transcrita nos quadros, conforme cada Recurso apresentado:

"Tratam-se de recursos administrativos apresentados pelas seguintes empresas/consórcios: CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP (formado pelas empresas: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA e TOTALQP ENGENHARIA LTDA) (Sei: 92066713), ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA (Sei: 92080556), PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (Sei: 92130475), CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA Sei: 92203540) e CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA (formado pelas empresas: CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A e MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A) (Sei: 92203794)

Encaminhamos abaixo esclarecimentos eminentemente técnicos a fim de subsidiar resposta da DILIC/DECOMP/DA/NOVACAP, como representante da NOVACAP às licitantes e demais interessados."

(1) Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Consórcio: **SQUADRO/TOTALQP**

Código SEI GDF: 92066713

Manifestação da área técnica: Considerando tratar-se de pedido de revisão quanto à qualificação/habilitação econômico-financeira da interessada, sob a responsabilidade da Comissão de Licitações, sugerimos restituir os autos à DILIC para que se proceda a verificação quanto à pertinência do pleito.

5.1. Essa comissão entende que os motivos que levaram a inabilitação do referido Consórcio permanecem, por não atender o disposto no subitem 6.1.3, "c" do Edital, conforme já decidido na Ata de Sessão de Julgamento da Documentação, Doc. nº 91647778.

5.2. Razão pela qual deve ser mantida sua inabilitação.

(2) Recurso Administrativo **expedido em 25/07/2022**

Empresa: **ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA**

Código SEI GDF: 92080556

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 93599958), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1KV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

5.3. Tendo em vista o entendimento da área técnica de que é possível ser considerado a instalação de cabos com bitolas de 120mm², 150mm², 185mm² e 240mm², para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido no Item 6.1.8, alínea "b.2", item 6 da tabela, do Edital, uma vez que possuem a mesma complexidade técnica de execução, independente da bitola dos cabos, essa Comissão **sugeri pelo provimento do Recurso**.

5.4. Razão pela qual, a referida empresa deve ser habilitada.

(3) Recurso Administrativo expedido em 28/07/2022

Empresa: **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**

Código SEI GDF: 92130475

Manifestação da área técnica: Tendo em vista os argumentos apresentados pela requerente e visando promover a competitividade e o decorrente sucesso no certame, sugerimos à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade de proceder diligência junto ao Consórcio Teatro de Brasília, solicitando o envio de documentação complementar com vista à comprovação da execução do quantitativo mínimo requerido no item 01 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital.

5.5. Embora a área técnica tenha sugerido à esta Comissão que diligencie junto ao Consórcio Teatro Brasília, a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A, integrante do referido Consórcio, inscrita no CNPJ sob o número 04.743.858/0001-05, foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, **com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93** e cuja vigência vai de 29/04/2019 a 27/04/2024.

5.6. Assim, segundo entendimento do STJ no sentido de que tal penalidade produz efeitos não apenas no âmbito do ente que a aplicou, mas na Administração Pública como um todo, **sugerimos pela inabilitação da empresa mencionada**, nos termos do Parecer 459 (93105453) da Diretoria Jurídica (item 6 abaixo).

(4) Recurso Administrativo expedido em 29/07/2022

Empresa: **CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA**

Código SEI GDF: 92203540

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº 93599958), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1kV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

5.7. Tendo em vista o entendimento da área técnica de que é possível ser considerado a instalação de cabos com bitolas de 120mm², 150mm², 185mm² e 240mm², para fins de comprovação do

quantitativo mínimo exigido no Item 6.1.8, alínea "b.2", item 6 da tabela, do Edital, uma vez que possuem a mesma complexidade técnica de execução, independente da bitola dos cabos, essa Comissão **sugere pelo provimento do Recurso**.

5.8. Razão pela qual, a referida empresa deve ser habilitada.

(5) Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Consórcio: **TEATRO DE BRASÍLIA**

Código SEI GDF: 92203794

Manifestação da área técnica: Tendo em vista os argumentos apresentados pela requerente e visando promover a competitividade e o decorrente sucesso no certame, sugerimos à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade e necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, solicitando o envio de documentação complementar, de forma a tornar mais robusta a comprovação de que os serviços facilmente indentificáveis na documentação de habilitação, referentes à manutenção, revisão e execução de estruturas metálicas, contemplam a atividade de reforço estrutural em estruturas metálicas e a respectiva metragem mínima requeridas, respectivamente, no terceiro item do quadro contido na alínea b.1 e do item 04 do quadro contido na alínea b.2, ambos do subitem 6.1.8 do Edital.

Quanto à Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente, a mesma encontra-se à página 70 do documento Habilitação - Documentos - Tomo I - (PORTO BELO) (SEI nº 90983464), não cabendo provimento às alegações da requerente.

5.9. Embora a área técnica tenha sugerido à esta Comissão que diligencie junto ao Consórcio Teatro Brasília, a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A, integrante do referido Consórcio, inscrita no CNPJ sob o número 04.743.858/0001-05, foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, **com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93** e cuja vigência vai de 29/04/2019 a 27/04/2024.

5.10. Assim, segundo entendimento do STJ no sentido de que tal penalidade produz efeitos não apenas no âmbito do ente que a aplicou, mas na Administração Pública como um todo, **sugerimos pela inabilitação da empresa mencionada**, nos termos do Parecer 459 (93105453) da Diretoria Jurídica (item 6 abaixo).

6. DO FATO SUPERVENIENTE

Em 3 de agosto de 2022, a empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA protocolou Denúncia, alegando fato superveniente ensejadores de inabilitação do Consórcio Teatro Brasília, conforme Doc nº 92483600, que notificado sobre o tema, apresentou Contrarrazões, Doc. nº 93005407.

Em razão dos fatos narrados na Denúncia, o Departamento Jurídico desta companhia foi instado a se manifestar, nos termos do Despacho nº 92936687, o qual exarou o Parecer 459 (93105453), abaixo transcrito:

7. ANÁLISE

1. Inicialmente, cumpre registrar que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, tampouco aos aspectos técnicos, econômicos e orçamentários, portanto não é vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por este Departamento Jurídico Consultivo.

2. Ademais, presume-se que os documentos acostados aos autos, sua autenticidade, especificações técnicas são de responsabilidade dos setores competentes, não cabendo a esta assessoria adentrar-se na análise dos mesmos.

3. É cediço que desde 16.07.2020 está em vigor novo Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da NOVACAP que rege os procedimentos de licitação e os contratos desta empresa pública.

4. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e contratos. Destaque-se que esse Regulamento é regido pela Lei nº 13.303, de 2016, pela Lei nº 10.520, de 2002, pela Lei Distrital nº 4.770, de 2002, e pelos Decretos nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.

5. Entretanto, o instrumento convocatório foi elaborado nos ditames da Lei 8.666/93, sobretudo por tratar da modalidade concorrência. Nesse sentido, a referida norma deverá ser adotada para guiar a presente análise.

II.1 - DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.

6. No âmbito administrativo, têm-se a declaração de inidoneidade como penalidade que confere ao sancionado a condição de inaptidão para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme inteligência do art. 87, III da Lei n.º 8.666/93.

7. Em análise quanto ao alcance da declaração de inidoneidade perante os entes da Administração, Hely Lopes Meirelles¹ leciona que a mesma "*só opera efeitos em relação à Administração que a declara, pois que sendo uma restrição a direito não se estende a outras Administrações.*".

8. Não obstante, em discordância ao entendimento supra, examine-se o Acórdão proferido pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça nos autos do AgInt no REsp n. 1.552.078/DF, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 30/9/2019, in verbis:

"(...)2. No mais, cinge-se a controvérsia no alcance da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Poder Público aos contratos administrativos em curso com Ente Federado diverso do sancionador.

3. É certo que a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça entende que a sanção prevista no art. 87, III da Lei 8.666/1993 produz efeitos não apenas no âmbito do ente que a aplicou, mas na Administração Pública como um todo. Vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE EXARADA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO A TODOS OS ENTES FEDERADOS

1. A questão jurídica posta a julgamento cinge-se à repercussão, nas diferentes esferas de governo, da emissão da declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, prevista na Lei de Licitações como sanção pelo descumprimento de contrato administrativo.

2. Insta observar que não se trata de sanção por ato de improbidade de agente público prevista no art. 12 da Lei 8.429/1992, tema em que o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência limitando a proibição de contratar com a Administração na esfera municipal, de acordo com a extensão do dano provocado. Nesse sentido: EDcl no REsp 1021851/SP, 2a. Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, julgado em 23.6.2009, DJe 6.8.2009.

3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: (...) IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 87 da Lei 8.666/1993).

4. A definição do termo Administração Pública pode ser encontrada no próprio texto da citada Lei, que dispõe, em seu art. 6o., X, que ela corresponde à Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

5. Infere-se da leitura dos dispositivos que o legislador conferiu maior abrangência à declaração de inidoneidade ao utilizar a expressão Administração Pública, definida no art. 6o. da Lei 8.666/1993. Dessa maneira, consequência lógica da amplitude do termo utilizado é que o contratado é inidôneo perante qualquer órgão público do País. Com efeito, uma empresa que forneça remédios adulterados a um município carecerá de idoneidade para fornecer medicamentos à União.

6. A norma geral da Lei 8.666/1993, ao se referir à inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aponta para o caráter genérico da referida sanção, cujos efeitos irradiam por todas as esferas de governo.

7. A sanção de declaração de inidoneidade é aplicada em razão de fatos graves demonstradores da falta de idoneidade da empresa para licitar ou contratar com o Poder Público em geral, em razão dos princípios da moralidade e da razoabilidade.

8. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que o termo utilizado pelo legislador - Administração Pública -, no dispositivo concernente à aplicação de sanções pelo ente contratante, deve se estender a todas as esferas da Administração, e não ficar restrito àquela que efetuou a punição.

9. Recurso Especial provido (REsp. 520.553/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 10.2.2011)" (grifos aditados)

9. Ressalte-se que a declaração de idoneidade, ainda que aplicável por todas as esferas de governo, possui efeito ex nunc, operando-se para o futuro, não atingindo de imediato os contratos em execução ou aqueles já celebrados com os demais entes públicos. Vejamos:

"AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA RECONHECIDA. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EX NUNC DA DECLARAÇÃO.

1. O deferimento do pedido de suspensão está condicionado à cabal demonstração de que a manutenção da decisão impugnada causa efetiva lesão ao interesse público.

2. A declaração de inidoneidade de licitante, emitida por Tribunal de Contas, não tem a faculdade de afetar os contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente ou em fase de execução, sobretudo aqueles celebrados com entes públicos não vinculados à autoridade sancionadora e pertencente a ente federado diverso (MS n. 14.002/DF, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJe de 6/11/2009).

3. São insuficientes ao cumprimento do dever de dialeticidade recursal as alegações genéricas de inconformismo, devendo a parte, de forma clara, objetiva e concreta, demonstrar o desacerto da decisão impugnada. Precedentes.

4. A decisão judicial liminar que determina a rescisão de contrato administrativo, com a consequente

contratação de outro licitante, causa lesão à ordem pública, caracterizando interferência indevida na administração da coisa pública e ferindo a separação dos poderes, além de causar grave dano pela descontinuidade de serviço público essencial.

Agravo interno que se nega provimento.

(AgInt na SS n. 3.342/PA, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 16/3/2022, DJe de 5/4/2022.)" (grifos aditados)

"ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EX NUNC DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: SIGNIFICADO. PRECEDENTE DA 1ª SEÇÃO (MS 13.964/DF, DJe DE 25/05/2009).

1. Segundo precedentes da 1ª Seção, a declaração de inidoneidade "só produz efeito para o futuro (efeito ex nunc), sem interferir nos contratos já existentes e em andamento" (MS 13.101/DF, Min. Eliana Calmon, DJe de 09.12.2008). Afirma-se, com isso, que o efeito da sanção inibe a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública? (Lei 8666/93, art. 87), sem, no entanto, acarretar, automaticamente, a rescisão de contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente e em curso de execução, notadamente os celebrados perante outros órgãos administrativos não vinculados à autoridade impetrada ou integrantes de outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios). Todavia, a ausência do efeito rescisório automático não compromete nem restringe a faculdade que têm as entidades da Administração Pública de, no âmbito da sua esfera autônoma de atuação, promover medidas administrativas específicas para rescindir os contratos, nos casos autorizados e observadas as formalidades estabelecidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

2. No caso, está reconhecido que o ato atacado não operou automaticamente a rescisão dos contratos em curso, firmados pelas impetrantes.

3. Mandado de segurança denegado, prejudicado o agravo regimental.

(MS n. 14.002/DF, relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 28/10/2009, DJe de 6/11/2009.)" (grifos aditados)"

10. Nesse contexto, podemos considerar que a presente aplicação da sanção pelo Tribunal de Contas da União fulmina, em regra, a possibilidade de participação de empresa declarada inidônea na Concorrência nº 002/2022 – DECOMP/DA (87051366).

11. Ademais, o próprio Acórdão sancionador do TCU estabeleceu o âmbito de incidência da penalidade, incluindo a impossibilidade de participação em licitações que utilizarem recursos federais, in verbis:

"ACÓRDÃO 82/2021 – TCU - plenário

"*VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela Seinfra Operações por força do Acórdão 2.238/2018 prolatado pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC [Processo 029.988/2017-9](#) para a apreciação das justificativas apresentadas pela MPE Montagens e Projetos Especiais S/A em face das evidências de fraudes às licitações conduzidas pela Petrobras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) ; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:*

9.1. *conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, assinalar a sua integral procedência;*

9.2. *declarar a inidoneidade da MPE Montagens e Projetos Especiais S/A para participar de licitação na administração federal ou **nos certames promovidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a partir da aplicação de recursos federais, durante o período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.443, de 1992; devendo a referida inidoneidade ser estendida às atuais ou supervenientes pessoas jurídicas constituídas como controladas ou subsidiárias, entre outras formas, a partir da alteração nos estatutos ou contratos sociais, com vistas a absorver as atividades da empresa condenada para, assim, burlar indevidamente a presente decretação de inidoneidade;***

9.3. *enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:*

9.3.1. *à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção da providência determinada pelo item 9.2 deste Acórdão no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, além da MPE Montagens e Projetos Especiais S/A, para ciência;*

9.3.2. *à Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante o Ministério Público Federal no Paraná, à 13ª Vara Federal de Curitiba, à Força-Tarefa da Operação Lava-Jato perante a Advocacia-Geral da União no Paraná e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, além do envio à Petrobras, para ciência e eventuais providências; ... (grifos aditados)"*

12. Impõe mencionar, ainda, a disposição do art. 337-M do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848/1940, tipificando como crime a conduta de quem admite à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo.

13. No caso em tela, a pena de inidoneidade aplicada à sociedade empresária MPE – Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89), mediante os Acórdãos Plenário 300/2018 e 825/2018, foi estendida à sociedade empresária MPE Engenharia e Serviços S.A, como demonstrado abaixo:

ACÓRDÃO Nº 1246/2020 – TCU – Plenário

"*VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação dando conta de irregularidades na condução do Pregão 35/2017, a cargo da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:*

9.1. conhecer das presentes representações para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes, com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. declarar, com fulcro no art. 46 da Lei 8.443/1992, que a sanção de inidoneidade aplicada à sociedade empresária MPE – Montagens e Projetos Especiais S.A. (CNPJ 31.876.709/0001-89), mediante os Acórdãos Plenário 300/2018 e 825/2018, estende-se à sociedade empresária MPE Engenharia e Serviços S.A.;

14. Ademais, conforme informado pelo Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 92936687) "a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A, inscrita no CNPJ sob o número 04.743.858/0001-05, foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, **com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93**, e cuja vigência vai de 29/04/2019 a 27/04/2024."

15. Portanto, considerando a atual fase da Concorrência nº 002/2022 – DECOMP/DA (87051366), a declaração de inidoneidade da empresa MPE Engenharia até a data de 27/04/2024, o entendimento do STJ no sentido de que tal penalidade produz efeitos não apenas no âmbito do ente que a aplicou, mas na Administração Pública como um todo, sugerimos pela inabilitação da empresa mencionada.

8. CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, no âmbito da Concorrência nº 002/2022 – DECOMP/DA (87051366), conclui-se pela impossibilidade de participação da empresa MPE Engenharia, conforme fundamentação disposta neste Opinativo.

17. É o parecer.

Assim, não resta outra alternativa, senão a **inabilitação** da empresa mencionada.

9. CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento dos recursos das empresas CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP, ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA e CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA; e, no mérito, SUGERIMOS que:

1) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem, conforme itens 5.1 e 5.2 *retro*;

2) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, conforme itens 5.5 e 5.6 *retro*;

3) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme itens 5.9, 5.10 e 6 *retro*.

4) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.3 e 5.4 *retro*.

5) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.7 e 5.8 *retro*.

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

SILVIO ROMERO C. GOMES

- Presidente da Comissão –

ANTONIO TAUMATURGO DE OLIVEIRA

- Membro -

ERIVALDO SOUZA MARTINS

- Membro –



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ROMERO CORDEIRO GOMES - Matr.0058958-6**, Coordenador(a) de Disputa de Licitação, em 22/08/2022, às 15:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO TAUMATURGO DE OLIVEIRA - Matr.0074452-2, Técnico em Edificações**, em 22/08/2022, às 15:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO SOUZA MARTINS - Matr.0074908-7, Pregoeiro(a)**, em 22/08/2022, às 15:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **93679127** código CRC= **E189C407**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 258/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC Brasília-DF, 31 de agosto de 2022

Ref.: Concorrência nº 002/2022 - DECOMP/DA

Objeto: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF. Conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico, Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se do Recurso Administrativo interposto pelo Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (92203794 e 92229560), contra a habilitação da empresa Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda, que apresentou contrarrazões (92875521).

Os autos foram remetidos à área demandante mediante Despacho nº 92875941 (NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC) para conhecimento e demais providências.

Em resposta, a área técnica demandante exarou a Nota Técnica 38 (93659162), sugerindo a à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade e necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, solicitando o envio de documentação complementar.

A Comissão elaborou o Relatório 235 (93679127), onde faltou constar a resposta do recurso do Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (92203794 e 92229560) contra a habilitação da empresa Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda.

O Relatório foi encaminhado para Presidência, nos termos do Despacho n.º 93901585, que encaminhou à Diretoria Jurídica para análise.

A Diretoria Jurídica elaborou o Parecer 491 (94174970), sugerindo a devolução dos autos para a Comissão de Licitação para análise do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

Esta comissão novamente encaminhou o recurso e a contrarrazão para análise da Área Técnica, nos termos do Despacho nº 94538177, por se tratar de aspectos eminentemente técnicos.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento do presente recurso**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

Destarte, as razões recursais são TEMPESTIVAS.

Contra o referido recurso foi apresentada Contrarrazão.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A Recorrente, em suas Razões de Recurso, requereu, em suma:

Recurso Administrativo **expedido em 28/07/2022**

Consórcio: TEATRO DE BRASÍLIA

Código SEI GDF: 92203794

Razões:

com pedido preliminar de **RECONSIDERAÇÃO**, em face do julgamento da HABILITAÇÃO da licitante **PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA ("PORTO BELO")**, tendo em vista que foi habilitada, a despeito de não ter atendido diversos itens do Edital em referência, fato este que contraria a legislação federal e a reiterada jurisprudência dos Tribunais de Contas, conforme será amplamente demonstrado, mediante as razões de fato e de direito a seguir deduzidas, requerendo o seguimento destas, a fim de que sejam apreciadas e julgadas pelo Ilmo. **DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP**, na qualidade de Autoridade Superior para tanto competente.

(...)

5. A referida decisão, entretanto, merece ser reconsiderada por esta Comissão de Licitação, ou reformada pela Autoridade Competente, tendo em vista que a PORTO BELO descumpriu diversas exigências do Edital, em especial o item 6.1.8, subitem "b.1"; o item 6.1.6, alínea b.2"; e o item 6.1.8. alínea "i", conforme será a seguir demonstrado.

(...)

7. Desta forma, as licitantes deveriam indicar Engenheiro ou Arquiteto Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de Estruturas de Concreto e Metálicas em Edificações com experiência profissional, de no mínimo 8 (oito) anos, comprovada por meio de Atestados e CAT's e Certificados de Execução de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto E metálicas em edificações públicas e/ou privadas.

8. A PORTO BELO não atendeu a referida exigência, pois não foram apresentados Atestados, CAT's ou Certificados de serviços de REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS emitidos em favor dos Engenheiros ou Arquitetos por si indicados.

(...)

14. Desta forma, a Licitantes deveriam comprovar, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional, dentre outras, a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS COM, NO MÍNIMO, 9.900,00 KG.

15. A PORTO BELO, entretanto, não comprovou a referida Capacidade Técnica Operacional, pois deixou de apresentar atestados de execução de SERVIÇOS DE REFORÇO ESTRUTURAL EM ESTRUTURAS METÁLICAS.

(...)

20. Além do acima exposto, a PORTO BELO deixou de apresentar a Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da mesma não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, conforme determina o item 6.1.8, alínea "i".

Pedido(s):

32. Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidas o CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA, requer a esta douta Comissão Especial de Licitação e ao Ilmo. Diretor Presidente da NOVACAP, na qualidade de autoridade superior, a inabilitação da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., tendo em vista o descumprimento das exigências contidas no edital, em especial ao determinado no item 6.1.8, subitem "b.1"; no item 6.1.6, alínea b.2"; e no item 6.1.8. alínea "i", conforme determinado no item 10.5 do Edital.

4. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

A Recorrida, em Contrarrazões, em suma rechaçou todas as alegações da recorrente e requereu a improcedência do recurso interposto.

É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a área técnica foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Despacho nº 94546667, abaixo transcrito:

Referente ao Despacho DILIC/DECOMP (94538177) informamos que em vista dos argumentos apresentados pelo Consórcio Teatro de Brasília e após manifestação da área técnica dessa Diretoria de Edificações, informamos que não há necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, uma vez que a documentação apresentada atende ao indicando no edital conforme já despachado anteriormente (91344960).

Para exemplificar a decisão tomada temos a CAT 1020210000261 do Engº Agostinho Alcantara, que na indicação de equipe técnica será o coordenador e responsável pela execução de reforço estrutural. A CAT apresentada indica a área de 1.546,72m² ou 27.840,96kg. No mesmo atestado

técnico que deu origem CAT supracitada também consta o Engº Guilhermino Moraes Melo (CAT 1020220000272). Já na CAT1020210000492 consta os serviços em que o Engº Helio Feitosa fazia parte da equipe. Todos com mais de 8 anos atuando na área.

Com o exposto, entendemos que não há necessidade de diligências bem como não há como acatar o recurso da empresa supracitada.

6. CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para inabilitação, nos termos do Despacho nº 94546667;

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

SILVIO ROMERO C. GOMES

- Presidente da Comissão –

ANTÔNIO TAUMATURGO DE OLIVEIRA

- Membro -

ERIVALDO SOUZA MARTINS

- Membro –



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ROMERO CORDEIRO GOMES - Matr.0058958-6, Coordenador(a) de Disputa de Licitação**, em 31/08/2022, às 11:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO TAUMATURGO DE OLIVEIRA - Matr.0074452-2, Técnico em Edificações**, em 31/08/2022, às 13:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO SOUZA MARTINS - Matr.0074908-7, Agente Administrativo**, em 31/08/2022, às 13:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **94579535** código CRC= **CAE65AC4**.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Diretoria Jurídica
Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Processo nº 00112-00026230/2021-00

Interessado: Presidência/ Departamento de Compras/ Divisão de Licitações e Contratos

Assunto: Recurso Administrativo – Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366). RECURSO ADMINISTRATIVO. HABILITAÇÃO. RELATÓRIO n.º 235/2022. COMISSÃO DE LICITAÇÃO. DECISÃO. MANUTENÇÃO INTEGRAL.

Senhor Chefe do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica,

I – Relatório

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência consubstanciada no despacho (84376917), segundo o qual:

“Trata o presente da **Concorrência nº 002/2022** - Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, de empresa especializada para execução de Reforma da Sala Martins Pena, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF, conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico e Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93679127), sugeriu o seguinte:

(...)

"Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento dos recursos das empresas CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP, ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA e CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA; e, no mérito, SUGERIMOS que:

- 1) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem, conforme itens 5.1 e 5.2 *retro*;
- 2) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, conforme itens 5.5 e 5.6 *retro*;
- 3) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme itens 5.9, 5.10 e 6 *retro*.
- 4) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.3 e 5.4 *retro*.
- 5) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.7 e 5.8 *retro*."

Por seu turno, as empresas Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (Doc. SEI/GDF nºs 92785475 e 93005407) e Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda (Doc. SEI/GDF nº 92875521) apresentaram contrarrazões aos recursos.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93901585), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e inciso VII do art. 76, do Regulamento de Licitações e Contratos da

NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e inciso VII do art. 76 do RLC, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e dos recursos interpostos pelas empresas referenciadas."

2. É o breve relatório.

II – Análise

1. A princípio se esclarece que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.

2. Ressalte-se que esta análise é opinativa, não vinculante para o gestor público, o qual poderá de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da aqui apresentada, e se restringe exclusivamente aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

3. Registre-se que esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 8.666, norma prevista na **Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA §7051366**), devendo o recurso ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, nos termos do § 4º, artigo 109 da referida norma.

4. A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

5. As normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.

6. Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém mencionar o ensinamento de Maria Sílvia Zanella Di Pietro²:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

7. Do mesmo modo, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho³:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

8. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios em face de licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação,

indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

9. Depreende-se dos autos que todos os recursos foram manejados em razão da fase de habilitação da **Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366)**.

10. Nesse sentido, foram interpostos os seguintes recursos:

EMPRESA	MOTIVO RECURSO	SEI
ENGEMIL Engenharia Empreendimentos Manutenção e Instalações Ltda.	Contra sua própria inabilitação	92080556
CONCREPOXI Engenharia Ltda	Contra sua própria inabilitação	92203540
Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda	Contra habilitação do Consórcio Teatro de Brasília	92130475
Consórcio SQUADRO/TOTALQP - formado pelas empresas Construtora e Incorporadora SQUADRO Ltda	Contra sua própria inabilitação	92066713
Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA - formado pelas empresas CONCREJATO Serviços Técnicos de Engenharia S/A e MPE Engenharia e Serviços S/A	Contra a habilitação da Porto Belo	92203794 92229560

11. Verifica-se, nos autos, que os recursos administrativos ora em discussão foram apresentados tempestivamente.

12. Nesse contexto, sob o aspecto formal, os recursos preenchem as condições de admissibilidade, aptos a serem analisados e julgados pela autoridade competente.

13. Foram dadas fundamentações específicas para a inabilitação e habilitação de cada recorrente, razão pela qual cada recurso deve ser analisado de forma individual, pormenorizando suas nuances.

1. **DA INABILITAÇÃO DO CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA.**

14. No decorrer da presente licitação, foi constatado pela área técnica desta NOVACAP que a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A, que compõe o Consórcio TEATRO BRASÍLIA, inscrita no CNPJ sob o número 04.743.858/0001-05, foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, **com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93** e cuja vigência vai de 29/04/2019 a 27/04/2024, conforme registro no SICAF:

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 04.743.858/0001-05 DUNS®: 907154244
Razão Social: MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Vínculo 1: Fornecedor 33.247.271/0001-03 - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S A

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 04.743.858/0001-05:	Vínculo com 33.247.271/0001-03:
181.839.567-34	Dirigente inativo (21/09/2018 15:45).	Responsável Legal e Sócio/Admin.
483.032.407-49	Dirigente inativo (21/09/2018 15:45).	Sócio/Admin.
776.871.087-87	Dirigente inativo (21/09/2018 15:45).	Dirigente e Sócio/Admin.
04.743.858/0001-05	Fornecedor.	Sócio/Admin inativo (25/09/2018 15:04).

Ocorrência do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência:	Declaração de Inidoneidade - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. IV		
UASG Sancionadora:	30001 - TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO/DF		
Âmbito da Sanção:	Todos os Órgãos e Entidades da Administração Pública		
Prazo Inicial:	29/04/2019	Prazo Final:	27/04/2024

15. Ato contínuo, o Departamento de Compras desta Companhia, através Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (92936687), de 09 de agosto de 2022, encaminhou os presentes autos para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico quanto à habilitação, na esfera da Concorrência pública nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366), da referida empresa.

16. Nesse sentido, foi elaborado o Parecer SEI-GDF n.º 459/2022 - NOVACAP/PRES/DI/DECONS (93105453), de lavra deste advogado, concluindo que a declaração de idoneidade, aplicável por todas as esferas de governo, possui efeito *ex nunc*, operando-se para o futuro, não atingindo de imediato apenas os contratos em execução ou aqueles já celebrados com os demais entes públicos.

17. Por sua vez, o Consórcio TEATRO BRASÍLIA, por meio da manifestação 93005407, argumentou, em síntese, que a empresa MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A não está inidônea de maneira alguma e que eventual aplicação de sanção pelo Tribunal de Contas da União não é aplicável no âmbito do Distrito Federal, por não se fundamento na Lei 8.666/93, mas no art. 46 da Lei 8.443/92.

18. Informa, ainda, que qualquer interpretação que tenha por escopo ampliar a incidência da declaração de inidoneidade prevista no art 46, da lei 8443/92 violaria o pacto federativo, porquanto o TCU exerce a função de órgão de controle externo da Administração Federal, não possuindo ingerência sobre licitações e contratos firmados por demais entes da Administração.

19. Data máxima vênia, tenho que o ordenamento jurídico pátrio não comporta tal entendimento. Vejamos.

20. Como se sabe, o objetivo primordial da licitação é preservar, fundamentalmente, o interesse público, prestando obediência aos princípios que devem reger a Administração Pública, dentre eles o da legalidade, moralidade e eficiência.

21. Portanto, não se mostra razoável, nem mesmo plausível, que determinada empresa não possa contratar com a União, mas esteja apta, mesmo declarada inidônea, suspensa ou impedida, a contratar ou participar de licitação com o Distrito Federal.

22. A toda evidência, revela-se inviável que a pessoa jurídica de direito privado que já apresentou desvio de conduta tenha tratamento diferenciado perante os demais entes da Administração. Entender dessa forma, resultaria em letra morta na legislação que prevê a declaração de inidoneidade, seja ela prevista na Lei 8.666/93 ou na Lei 8.443/92.

23. Levando o argumento ao exagero, poderíamos ser levados a contratar com empresa declarada inidônea em todos os 26 estados brasileiros, mas idônea perante o Distrito Federal e, portanto, pelos simples cruzar de fronteiras estaduais, o título de inidoneidade deixa de existir, como se o suporte fático que ensejou a aplicação da sanção também deixasse de existir.

24. Em verdade, a Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) não inaugurou uma nova modalidade de declaração de inidoneidade em detrimento da Lei 8666/93. Muito pelo contrário, as razões que ensejam a declaração de inidoneidade em ambas legislações permanecem as mesmas, no caso concreto, fraude comprovada à licitação. Não há, portanto, duas espécies de declaração de inidoneidade, mas apenas diferenciação entre a autoridade competente para aplicar a penalidade.

25. Assim, quando o desvio de conduta da pessoa jurídica for evidenciado em sede de fiscalização pela Corte de Contas da União, essa também é competente para declarar a inidoneidade do licitante fraudador, nos termos do Art. 46 da Lei 8.443/92, atingindo não só a Administração Federal, mas a Administração Pública como um todo.

26. Nesse sentido, examine o Acórdão proferido pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp - 151.567/RJ, de relatoria do Min. Francisco Peçanha Martins:

EMENTA

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

- É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.

- A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum. - A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

- Recurso especial não conhecido.

27. Ainda, novamente citando jurisprudência já apresentada no Parecer SEI-GDF n.º 459/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (93105453), reforçando o argumento de que a declaração de inidoneidade de licitante pelo Tribunal de Contas possui efeito ex nunc, operando-se para o futuro, não atingindo de imediato os contratos em execução ou aqueles já celebrados com os demais entes públicos, mas pode impedir a contratação em órgão administrativo diverso daquele que aplicou a sanção.

"AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICA RECONHECIDA. LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EX NUNC DA DECLARAÇÃO.

1. O deferimento do pedido de suspensão está condicionado à cabal demonstração de que a manutenção da decisão impugnada causa efetiva lesão ao interesse público.

2. A declaração de inidoneidade de licitante, emitida por Tribunal de Contas, não tem a faculdade de afetar os contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente ou em fase de execução, sobretudo aqueles celebrados com entes públicos não vinculados à autoridade sancionadora e pertencente a ente federado diverso (MS n. 14.002/DF, relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJe de 6/11/2009).

3. São insuficientes ao cumprimento do dever de dialeticidade recursal as alegações genéricas de inconformismo, devendo a parte, de forma clara, objetiva e concreta, demonstrar o desacerto da decisão impugnada. Precedentes.

4. A decisão judicial liminar que determina a rescisão de contrato administrativo, com a consequente contratação de outro licitante, causa lesão à ordem pública, caracterizando interferência indevida na administração da coisa pública e ferindo a separação dos poderes, além de causar grave dano pela descontinuidade de serviço público essencial.

Agravo interno que se nega provimento.

(AgInt na SS n. 3.342/PA, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 16/3/2022, DJe de 5/4/2022.)" (grifos adotados)

"ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EX NUNC DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: SIGNIFICADO. PRECEDENTE DA 1ª SEÇÃO (MS 13.964/DF, DJe DE 25/05/2009).

1. Segundo precedentes da 1ª Seção, a declaração de inidoneidade "só produz efeito para o futuro (efeito ex nunc), sem interferir nos contratos já existentes e em andamento" (MS 13.101/DF, Min. Eliana Calmon, DJe de 09.12.2008). Afirma-se, com isso, que o efeito da sanção inibe a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública? (Lei 8666/93, art. 87), sem, no entanto, acarretar, automaticamente, a rescisão de contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente e em curso de execução, notadamente os celebrados perante outros órgãos administrativos não vinculados à autoridade impetrada ou integrantes de outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios). **Todavia, a ausência do efeito rescisório automático não compromete nem restringe a faculdade que têm as entidades da Administração Pública de, no âmbito da sua esfera autônoma de atuação, promover medidas administrativas específicas para rescindir os contratos, nos casos autorizados e observadas as formalidades estabelecidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.**

2. No caso, está reconhecido que o ato atacado não operou automaticamente a rescisão dos contratos em curso, firmados pelas impetrantes.

3. Mandado de segurança denegado, prejudicado o agravo regimental.

(MS n. 14.002/DF, relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 28/10/2009, DJe de 6/11/2009.)" (grifos adotados)"

28. Assim, apesar de não estar expressa a necessidade verificar com cautela as empresas que podem participar da licitação quanto a idoneidade nos artigos 27 a 37 da lei nº 8.666/93 e no artigo 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, que disciplinam a fase de qualificação da pessoa jurídica de direito privado em licitações, a falta deste cuidado pode importar conduta delitiva prevista no art.337-M do Código Penal, in verbis;

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

29. Perceba-se que o Código Penal, ao tipificar a conduta como crime, não realizou diferenciação entre a declaração de inidoneidade prevista na Lei 8.666/93 ou na Lei 8.443/92. Assim, uma vez aplicada a sanção, não se pode admitir à licitação empresa de direito privado com tal status, sob pena de responsabilização na esfera criminal dos envolvidos.

30. Nessa prumada, verifique-se o elucidado na obra “Fraudes em Licitações e Contratos”, de autoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Estado de São Paulo (CAOPP), in verbis;

"(...)A pessoa jurídica de direito privado, a partir do momento em que sofre a penalidade (administrativa ou judicialmente), recebe um título, assim como ocorre com pessoas que cometem infrações penais, de maus antecedentes, que deve ser observado por todos os entes públicos que estejam prestes a contratá-la.

Nem se pode dizer, também, que a diferenciação entre as expressões Administração e Administração Pública do artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, pode ser determinante à definição da abrangência da aplicação das penalidades, afinal parte-se do princípio que a Administração Pública é una e somente se divide para melhor atender os interesses dos cidadãos. Também calha destacar que a falta de técnica legislativa pode ter dado margem a tal distinção desnecessária entre as expressões em comento.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto é pacífico no sentido que as penalidades administrativas aplicadas estendem-se a todos os entes públicos (âmbito nacional) e, por conseguinte, também a sanção prevista na Lei de Improbidade Administrativa de proibição de contratar com o Poder Público: (grifos aditados)"

31. Pelo exposto, sugerimos que seja negado provimento ao ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, em razão de ter sido a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, mantendo-se sua inabilitação com base na fundamentação exarada neste Opinativo.

2. RECURSO DO CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP

32. O Consórcio SQUADRO/TOTALQP manejou recurso contra sua inabilitação, por não atender o disposto no subitem 6.1.3, "c" do Edital, conforme decidido na Ata de Sessão de Julgamento da Documentação, Doc. nº 91647778.

33. Em suas razões, alegou o que segue, in verbis:

12. Inicialmente, vejamos a cláusula responsável pela inabilitação do Consórcio recorrente:

6.1.3. Relativamente à qualificação econômico-financeira:

(...)

c) Comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação constante deste Edital. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, através do Registro Comercial, ato constitutivo, do CRC da NOVACAP, estatuto ou contrato social.

13. Sendo assim, o **Consórcio** não teria comprovado ter capital social ou patrimônio líquido nos termos exigidos em edital. Ocorre que a análise foi feita em relação a cada uma das empresas Consorciadas individualmente, **ao arrepio do que prevê o próprio edital**.

14. Explica-se: de acordo com a cláusula 6.1.9 "b" do edital, a aferição da comprovação da qualificação econômico-financeira deveria ter sido realizada pela somatória dos Consorciados observando-se sua proporção, vejamos:

6.1.9. No caso de consórcio, o atendimento às exigências de qualificação deverá obedecer o seguinte:

(...)

b) O item 6.1.3 – letra "c" poderá ser atendido pelo **somatório de cada consorciado**, na proporção de sua participação. (Grifou-se)

15. Pois bem, vejamos então a documentação já apresentada pelo Consórcio licitante, sendo a primeira captura de tela relativa à empresa Squadro e a segunda referente à TotalQP:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 52.463.644,13	R\$ 52.920.623,48
CAPITAL SOCIAL	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00
CAPITAL SOCIAL	R\$ 20.000.000,00	R\$ 20.000.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 2.615.159,80	R\$ 2.572.420,33
Capital Social	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Capital Social	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00

(...)

17. Ou seja, sem mesmo considerar os 50% de participação da empresa TOTALQP já podemos chegar à conclusão de que o Consórcio licitante cumpre o disposto em edital. Enquanto o edital exige um patrimônio líquido de **R\$ 5.402.941,22**, o Consórcio, considerando as proporções das empresas, possui um patrimônio líquido de **R\$ 27.539.401,96**.

18. Deve-se ressaltar, ainda, que a documentação na qual as empresas constituintes do Consórcio devem atender individualmente não envolvem o disposto no item 6.1.3 "c", mas tão somente o disposto nas alíneas "a" e "b", senão vejamos:

6.1.9. No caso de consórcio, o atendimento às exigências de qualificação deverá obedecer o seguinte:

a) Cada empresa deverá apresentar individualmente as exigências dos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 – letras "a" e "b", 6.1.4, 6.1.5, 6.1.8 – letras "a", "c", "e" e "g".

19. Ou seja, a documentação relativa ao item que desabilitou o Consórcio recorrente deve ser analisada com a soma das empresas constituintes do Consórcio, sendo irrelevante se uma empresa individualmente não atinge sozinha o percentual desejado.

34. Razão não assiste à recorrente.

35. A *mens legis* da Lei 8.666/93, ao prever a participação de empresas em consórcio na licitação, se revela no sentido de ampliar a competitividade, permitindo o esforço comum de empresas para preencher os requisitos do instrumento convocatório, garantindo, por fim, que o consórcio tenha saúde financeira para executar o objeto contratual. Contudo, é a competitividade que deve subordinar-se à legalidade, e não o contrário, mesmo porque a competitividade decorre da lei, devendo a ela prestar obediência

36. Nesse sentido, examine-se os arts. 31 e 33 da referida norma, in verbis:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1o do art. 56 desta lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei

(...IV - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.; (grifei)"

37. Nesse sentido, as empresas reunidas em consórcio podem somar o quantitativo de seus patrimônios líquidos, na proporção de suas respectivas participações, devendo cada consorciado, isoladamente garantir patrimônio líquido igual ou superior ao patrimônio líquido exigido, para atingir o mínimo exigido pela Administração.

38. Esse é o entendimento exposto, inclusive, pelo TCU na Decisão 587/2001 - PLENÁRIO:

"(...)60. Nesse sentido, quando se fala em requisitos para a participação de consórcios na licitação, torna-se inadequado o critério para cálculo do patrimônio líquido previsto no item 71, alínea 'd' do edital. O que se espera é que cada consorciado, isoladamente, venha garantir patrimônio líquido igual ou superior ao patrimônio líquido individual exigido, na proporção de sua participação no consórcio. Exemplificando, se o patrimônio individual exigido é de 1.000 unidades monetárias, um consorciado com 10% de participação deverá possuir um patrimônio mínimo de 100 unidades monetárias.

61. No caso de licitantes individuais, a exigência de patrimônio líquido mínimo - entendido como o somatório de seu capital social, das reservas e dos prejuízos ou lucros acumulados - serve como evidência de que ele dispõe de potencial para investir recursos para o atendimento do objeto da licitação. Nas licitações de concessões rodoviárias com a participação de consórcios, garante-se com o cálculo proposto que cada consorciado disponha, à época da licitação, de recursos que sinalizem a execução do contrato na proporção de sua participação.

(...)

Considerando a clareza da lei quanto ao método a ser seguido e tendo em vista que a exigência de patrimônio líquido mínimo para o licitante, constante no edital, insere-se na qualificação econômico-financeira, conforme se depreende do art. 31, § 2.º, da Lei de Licitações e Contratos, não vislumbramos outra maneira de computar o patrimônio líquido na hipótese de consórcio, se não pelo somatório do PL de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, nos estritos termos exigidos no inciso III, susotranscrito.

Assim sendo, relativamente às exigências de qualificação (art. 33, III), cada empresa deverá comprovar o preenchimento das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal. Apenas os requisitos de capacidade técnica e econômica admitem conjugação, devendo, em relação a esta última, ser observada a 'proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei'. É de se observar que o acréscimo a que se refere o mencionado inciso III diz respeito apenas ao capital social e ao patrimônio líquido. A exigência de índices individuais, relacionados à qualificação econômico-financeira, pelas empresas participantes em consórcio, que é hipótese lícita, não está submetida a qualquer tipo de somatório, que somente é aplicável aos

'valores' de capital social ou patrimônio líquido. Desse modo, se alguma das empresas que participam da licitação em consórcio não atende a essa exigência do edital, relacionada ao preenchimento dos índices econômicos, ainda que outras atendam, o consórcio deverá ser inabilitado. É de se observar que a formação de consórcios para participar de licitações não tem o objetivo de propiciar que empresas em situação financeira deficitária tenham acesso a competição através do 'empréstimo' da saúde financeira das outras consorciadas. É compreensível, destarte, que a Administração exija de cada consorciado nível mínimo de capacidade econômico-financeira, tendo sempre em conta o objeto a ser contratado."

39. Sem grandes controvérsias, o instrumento convocatório é claro ao exigir que cada consorciado deve apresentar qualificação econômica na proporção de sua respectiva participação no consórcio, não sendo plausível a interpretação que pretende a recorrente, no sentido de que não foi exigida demonstração de patrimônio líquido mínimo individual.

40. Confira-se ainda jurisprudência do TJDF, in verbis:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. APURAÇÃO PROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO. ARTIGO 33, INCISO III, DA LEI Nº 8.666/93. LEGALIDADE. ARTIGO 524, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INDICAÇÃO DO NOME DE TODOS OS ADVOGADOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

Nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 8.666/93, admite-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado atinentes à qualificação técnica, mas, quanto aos valores relacionados com a capacitação econômico-financeira, deverão ser considerados os somatórios dos valores de cada consorciado, na proporção da respectiva participação.

Por conseguinte, não se verifica nenhuma ilegalidade na cláusula de Edital que exige a comprovação coletiva na proporção da participação de cada empresa no consórcio.

O artigo 524, inciso III, do Código de Processo Civil, exige que o recorrente mencione, no ato de interposição do agravo de instrumento, o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo. Todavia, havendo mais de um advogado constituído pela parte adversa, não há que falar em nulidade nos casos em que o agravante, a despeito de ter mencionado apenas um deles, não acarretou nenhum prejuízo à parte adversa, que se manifestou tanto que intimada.

(Acórdão 732495, 20130020220555AGI, Relator: ESDRAS NEVES, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 6/11/2013, publicado no DJE: 12/11/2013. Pág.: 132)"

"LICITAÇÃO. METRÔ. EMPRESAS EM CONSÓRCIO. INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PREVISÃO EDITALÍCIA. POSSIBILIDADE. OFENSA À LEI NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA.

I - O fundamento da isonomia nas licitações públicas é o acesso livre e igualitário dos interessados e não a admissibilidade ampla e irrestrita de concorrentes inaptos a atender ao objeto licitado.

II - Se o edital da concorrência apenas determina a forma de análise da qualificação econômico-financeira dos consórcios e os procedimentos previstos são compatíveis com o disposto no artigo 33, III, da Lei 8.666/93, inexistente qualquer ilegalidade, notadamente quando os critérios restritivos não visam a limitar a participação no certame, mas simplesmente atestar capacidade econômica para executar o contrato de forma satisfatória.

III - Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida.

(Acórdão 291868, 20060110653413APC, Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, , Revisor: VASQUEZ CRUXÊN, 3ª Turma Cível, data de julgamento: 19/12/2007, publicado no DJU SEÇÃO 3: 14/2/2008. Pág.: 1432)"

41. Portanto, sugerimos que seja negado provimento ao recurso manejado pelo CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP.

3. DO RECURSO DA EMPRESA PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

42. A empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA interpôs recurso administrativo visando a inabilitação do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, nos termos do Doc. SEI 92130475.

43. Contudo, nos termos da fundamentação já exposto ao longo deste Parecer, concluiu-se que em razão de ter sido a empresa MPE Engenharia e Serviços S/A declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, o CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA não preenche os requisitos de habilitação na presente licitação.

44. Nesse sentido, temos que a empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA carece de interesse recursal, compreendido pela "possibilidade de obtenção de posição mais favorável à esfera jurídica do Recorrente quando cotejada com aquela emanada no pronunciamento da instância a quo, materializada na presença cumulativa do binômio necessidade-utilidade do provimento judicial pela instância ad quem." (AC. de 19.6.2018 no RespEL nº 18725, rel. Min. Luiz Fux.).

45. Portanto, em razão da perda superveniente do interesse recursal, sugerimos que lhe negado provimento ao recurso interposto.

4. **DOS RECURSOS DAS EMPRESAS ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA E DA EMPRESA CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA.**

46. Em ambos os recursos interpostos, a área técnica desta companhia decidiu ser possível a realização de diligências com o escopo de sanar as razões de inabilitação, confira-se:

(2) Recurso Administrativo expedido em 25/07/2022

Empresa: **ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA**

Código SEI GDF: [92080556](#)

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº [93599958](#)), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1KV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

(4) Recurso Administrativo expedido em 29/07/2022

Empresa: **CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA**

Código SEI GDF: [92203540](#)

Manifestação da área técnica: Considerando a manifestação contida no Despacho NOVACAP/DE/DETEC/DITEC/SEINST (SEI nº [93599958](#)), cujo trecho transcrevemos abaixo:

A utilização e instalação de cabos de cobre Flexível isolado, anti-chama de 0,6/1KV, para distribuição em edificações públicas e/ou privadas tem a mesma complexidade técnica de execução, não importando a sua bitola.

A capacitação técnica dos profissionais para trabalhar com cabos de baixa tensão, 0,6/1kV é a mesma, independente da bitola do cabo.

O disposto no subitem 6.1.8 alínea "b.2 - 06" que trata da comprovação de fornecimento e instalação em características similares às do objeto da presente licitação de CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 240 MM², ANTI-CHAMA DE 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO em edificações públicas e/ou privada no quantitativo mínimo de 5.390,00 m, pode-se considerar que os cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² tem as mesmas características técnicas e complexidade para a sua instalação.

A empresa comprovando a instalação de cabos com bitolas de 120 mm², 150 mm² e 185 mm² no quantitativo mínimo de 5.390,00 metros, já é condição para torna-la habilitada, neste item.

Este é o parecer desta seção. (grifo nosso)

Dessa forma, encaminhamos o entendimento da área técnica de que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm².

47. Cumpre mencionar que a análise em comento é de caráter técnico, restando prejudicada a análise jurídica sob esse aspecto.

48. Ressalta-se que esta Companhia, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

49. Nesse sentido, vale lembrar a lição de Marçal Justen Filho 5 sobre o princípio da isonomia:

(...) "Há equívoco em supor que a isonomia veda a diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar com terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os

interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros. A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências."

50. Deste modo, verificada a manifestação técnica no sentido de que é possível ser considerado a instalação de cabos com bitolas de 120mm², 150mm², 185mm² e 240mm², para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido no Item 6.1.8, alínea "b.2", item 6 da tabela, do Edital, vez que possuem a mesma complexidade técnica de execução, independente da bitola dos cabos, sugere-se o provimento do recurso interposto pela empresa **ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA.**

51. Outrossim, a área técnica, dando tratamento isonômico aos licitantes, também entendeu que é possível ser considerada, para fins de comprovação do quantitativo mínimo (de 5.390,00 metros) exigido para o item 06 do quadro contido na alínea b.2, do subitem 6.1.8 do Edital, a instalação de cabos com bitolas de 120 mm² e/ou 150 mm² e/ou 185 mm² e/ou 240 mm², razão pela qual sugere-se o provimento do recurso interposto pela empresa **CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA.**

5. DO RECURSO INTERPOSTO PELO CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA

52. O consórcio TEATRO BRASÍLIA, em síntese, manejou recurso contra a habilitação da licitante PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, informando que a mesma teria descumprido as exigências contidas nos itens 6.1.8, subitem "b1"; item 6.1.6, alínea b.2 e item 6.1.8, alínea "i" do Edital.

53. Instada a se manifestar, a área técnica, por meio do Doc. SEI 93659162, concluiu o que segue:

"Manifestação da área técnica: Tendo em vista os argumentos apresentados pela requerente e visando promover a competitividade e o decorrente sucesso no certame, sugerimos à Comissão de Licitação que avalie a viabilidade e necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, solicitando o envio de documentação complementar, de forma a tornar mais robusta a comprovação de que os serviços facilmente indetectáveis na documentação de habilitação, referentes à manutenção, revisão e execução de estruturas metálicas, contemplam a atividade de reforço estrutural em estruturas metálicas e a respectiva metragem mínima requeridas, respectivamente, no terceiro item do quadro contido na alínea b.1 e do item 04 do quadro contido na alínea b.2, ambos do subitem 6.1.8 do Edital.

Quanto à Declaração expressa de que a proposta entregue foi elaborada de maneira independente, a mesma encontra-se à página 70 do documento Habilitação - Documentos - Tomo I - (PORTO BELO) (SEI nº 90983464), não cabendo provimento às alegações da requerente.

54. Quando da análise técnica, não houve conclusão acerca da insuficiência de documentos necessários, de modo que os autos foram remetidos para a Comissão de Licitação para avaliar a necessidade e viabilidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

55. Contudo, não consta nos autos manifestação da Comissão de Licitação sobre os pontos arguidos no recurso e pela área técnica, razão pela qual sugere-se a remessa dos autos para a devida análise.

6. DA CONCLUSÃO

56. Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, restando intacta as disposições emanadas na conclusão do Relatório SEI-GDF nº 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 93679127, conforme os itens 31, 41, 45, 50 e 51 deste Opinativo.

57. Por fim, sugere-se a devolução dos autos para a Comissão de Licitação para análise do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

58. É o parecer *sub censura*.

59. À consideração e aprovação da Diretoria Jurídica

Lucas Rodrigues Garcia

Assessor da Diretoria Jurídica - NOVACAP

OAB-DF nº 62.972

Senhor Diretor Jurídico,

1. Acolho os termos do presente Parecer nº 491/2022-NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.

2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184

[1] PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres et AL. *Comentários à Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16* Belo Horizonte: Fórum, 2018.

² PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2002.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS RODRIGUES GARCIA - Matr.0973420-1, Assessor(a)**, em 29/08/2022, às 16:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 29/08/2022, às 16:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **94174970** código CRC= **62E58553**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Diretoria Jurídica

Departamento Jurídico Consultivo

Despacho - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Brasília-DF, 31 de agosto de 2022.

Processo nº 00112-00026230/2021-00

Interessado: Presidência/ Departamento de Compras/ Divisão de Licitações e Contratos

Assunto: Recurso Administrativo – Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA (87051366)

Senhor Chefe Substituto do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica,

I – Relatório

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência consubstanciada no despacho (94620136), segundo o qual:

“Por conseguinte, a área técnica se manifestou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/SEREO (Doc. SEI/GDF nº 94546667), e a Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante o Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 94579535), sugeriu o que se segue:

(...)

"Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO** para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para inabilitação, nos termos do Despacho nº 94546667;

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente."

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e inciso VII do art. 76 do RLC, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório supracitado e do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA."

2. É o breve relatório.

II – Análise

3. A princípio se esclarece que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.
4. Ressalte-se que esta análise é opinativa, não vinculante para o gestor público, o qual poderá de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da aqui apresentada, e se restringe exclusivamente aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.
5. Registre-se que esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 8.666, norma prevista na **Concorrência nº 002/2021 – DECOMP/DA §7051366**), devendo o recurso ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, nos termos do § 4º, artigo 109 da referida norma.
6. Insta salientar que, por meio do Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS 94174970, identificamos que havia recurso pendente de julgamento interposto pelo CONSÓRCIO TEATRO BRÁSILIA contra a habilitação da licitante PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, informando que a mesma teria descumprido as exigências contidas nos itens 6.1.8, subitem "b1"; item 6.1.6, alínea b.2 e item 6.1.8, alínea "i" do Edital.
7. Nesse sentido, os autos foram novamente remetidos à Comissão de Licitação que exarou o Relatório 258 (94579535), decidindo o que segue, in verbis;

"DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

A Recorrida, em Contrarrazões, em suma rechaçou todas as alegações da recorrente e requereu a improcedência do recurso interposto.

É o breve relatório.

DA ANÁLISE DO RECURSO

Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a área técnica foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Despacho nº 94546667, abaixo transcrito:

Referente ao Despacho DILIC/DECOMP (94538177) informamos que em vista dos argumentos apresentados pelo Consórcio Teatro de Brasília e após manifestação da área técnica dessa Diretoria de Edificações, informamos que não há necessidade de proceder diligência junto à empresa PORTO BELO, uma vez que a documentação apresentada atende ao indicando no edital conforme já despachado anteriormente (91344960).

Para exemplificar a decisão tomada temos a CAT 1020210000261 do Engº Agostinho Alcantara, que na indicação de equipe técnica será o coordenador e responsável pela execução de reforço estrutural. A CAT apresentada indica a área de 1.546,72m² ou 27.840,96kg. No mesmo atestado técnico que deu origem CAT supracitada também consta o Engº Guilhermino Moraes Melo (CAT 1020220000272). Já na CAT1020210000492 consta os serviços em que o Engº Helio Feitosa fazia parte da equipe. Todos com mais de 8 anos atuando na área.

Com o exposto, entendemos que não há necessidade de diligências bem como não há como acatar o recurso da empresa supracitada.

CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO** para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para inabilitação, nos termos do Despacho nº 94546667;

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizado da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente." (grifei)

8. Cumpre mencionar que **a análise em comento é de caráter técnico**, restando prejudicada a análise jurídica sob esse aspecto.

9. Ressalta-se que esta Companhia, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

10. Nesse sentido, vale lembrar a lição de Marçal Justen Filho¹ sobre o princípio da isonomia:

(...) “Há equívoco em supor que a isonomia veda a diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar com terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros. A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências.”

11. Ante o exposto, considerando a manifestação técnica no sentido de que os documentos apresentados pela empresa PORTO BELO ENGRANHARIA E COMÉRCIO LTDA atendem aos requisitos contidos no Edital, dispensando a necessidade de realização de outras diligências, considerando ainda a decisão da Comissão de Licitação opinando pelo não provimento ao recurso interposto, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma.

12. É o entendimento *sub censura*.

13. À consideração e aprovação da Diretoria Jurídica

Lucas Rodrigues Garcia

Assessor da Diretoria Jurídica - NOVACAP

OAB-DF nº 62.972

Senhor Diretor Jurídico,

1. Acolho os termos do presente DESPACHO -NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.

2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

EURÍPEDES AURELIANO JUNIOR

Chefe Substituto do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica
DECONS/DJ/NOVACAP

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2002.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS RODRIGUES GARCIA - Matr.0973420-1, Assessor(a)**, em 31/08/2022, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EURÍPEDES AURELIANO JUNIOR - Matr.0973532-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 31/08/2022, às 17:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **94656126** código CRC= **28FBA563**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 30 de agosto de 2022.

À Diretoria de Edificações; e

À Diretoria Administrativa,

Com vistas ao DECOMP.

Senhor Diretor,

Trata o presente da **Concorrência nº 002/2022** - Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, de empresa especializada para execução de **Reforma da Sala Martins Pena**, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF, conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico e Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF nº 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93679127), sugeriu o seguinte:

(...)

"Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento dos recursos das empresas CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP, ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA e CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA; e, no mérito, SUGERIMOS que:

- 1) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem, conforme itens 5.1 e 5.2 *retro*;
- 2) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, conforme itens 5.5 e 5.6 *retro*;
- 3) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme itens 5.9, 5.10 e 6 *retro*.
- 4) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.3 e 5.4 *retro*.
- 5) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.7 e 5.8 *retro*."

Por seu turno, as empresas Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (Doc. SEI/GDF nºs 92785475 e 93005407) e Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda (Doc. SEI/GDF nº 92875521) apresentaram contrarrazões aos recursos.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93901585), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e inciso VII do art. 76, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF nº 93959743), a qual, mediante o Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (Doc. SEI/GDF nº 94174970), aprovado pelo Diretor Jurídico (Doc. SEI/GDF nº 94438865), concluiu o seguinte:

(...)

"Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, restando intacta as disposições emanadas na conclusão do Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 93679127, conforme os itens 31, 41, 45, 50 e 51 deste Opinativo.

Por fim, sugere-se a devolução dos autos para a Comissão de Licitação para análise do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
(grifo nosso)

Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (Doc. SEI/GDF nº 94174970), e encaminho o feito para as providências de competência dessa Especializada, conforme disposto no referido Parecer.

Por fim, após análise do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, solicito o retorno dos autos a esta Presidência para que seja procedido o julgamento dos recursos em tela.

ELIE ISSA EL CHIDIAC

Diretor-Presidente

Respondendo



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 30/08/2022, às 11:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **94480200** código CRC= **BFE996AB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

3403-2310

00112-00026230/2021-00

Doc. SEI/GDF 94480200



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 01 de setembro de 2022.

À Diretoria Administrativa,
Com vistas ao DECOMP.

Senhor Diretor e Chefe,

Trata o presente da **Concorrência nº 002/2022** - Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, de empresa especializada para execução de **Reforma da Sala Martins Pena**, compreendendo a 1ª Etapa das obras de restauro do Teatro Nacional Claudio Santoro - TNCS, localizado na Via N2 do Eixo Monumental, no Setor Cultural Norte, na Asa Norte, no Plano Piloto, DF, conforme quantidade e especificações contidas no Projeto Básico e Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF nº 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93679127), sugeriu o seguinte:

(...)

"Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento dos recursos das empresas CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP, ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA e CONSÓRCIO TEATRO DE BRASÍLIA; e, no mérito, SUGERIMOS que:

- 1) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem, conforme itens 5.1 e 5.2 *retro*;
- 2) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, conforme itens 5.5 e 5.6 *retro*;
- 3) Seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme itens 5.9, 5.10 e 6 *retro*.
- 4) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.3 e 5.4 *retro*.
- 5) seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso da CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-la, conforme itens 5.7 e 5.8 *retro*."

Por seu turno, as empresas Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA (Doc. SEI/GDF nºs 92785475 e 93005407) e Porto Bello Engenharia e Comércio Ltda (Doc. SEI/GDF nº 92875521) apresentaram contrarrazões aos recursos.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 93901585), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e inciso VII do art. 76, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF nº 93959743), a qual, mediante o Parecer SEI-GDF n.º 491/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (Doc. SEI/GDF nº 94174970), aprovado pelo Diretor Jurídico (Doc. SEI/GDF nº 94438865), concluiu o seguinte:

(...)

"Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, restando intacta as disposições emanadas na conclusão do Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC 93679127, conforme os itens 31, 41, 45, 50 e 51 deste Opinitivo.

Por fim, sugere-se a devolução dos autos para a Comissão de Licitação para análise do recurso interposto pelo Consórcio Teatro Brasília contra a habilitação da empresa PORTO BELLO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
(grifo nosso)

Diante disso, mantendo o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (Doc. SEI/GDF nº 94174970), o feito foi encaminhado à Diretoria de Edificações e ao Departamento de Compras (Doc. SEI/GDF nº 94480200).

Por conseguinte, a área técnica se manifestou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/SEREO (Doc. SEI/GDF nº 94546667) e a Comissão Permanente de Licitação - CPL, mediante o Relatório SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 94579535), a qual sugeriu o que se segue:

(...)

"Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa Consórcio TEATRO DE BRASÍLIA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO** para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para inabilitação, nos termos do Despacho nº 94546667;

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizado da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao §4º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente."

Assim, o processo foi, novamente, submetido à Diretoria Jurídica por meio do Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF nº 94480200), que se manifestou por intermédio do Despacho - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (Doc. SEI/GDF nº 94656126), aprovado pelo Diretor Jurídico (Doc. SEI/GDF nº 94662024), *in verbis*:

(...)

"11. Ante o exposto, considerando a manifestação técnica no sentido de que os documentos apresentados pela empresa PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA atendem aos requisitos contidos no Edital, dispensando a necessidade de realização de outras diligências, considerando ainda a decisão da Comissão de Licitação opinando pelo não provimento ao recurso interposto, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma."

Ante o exposto, **ACOLHO** o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (Doc. SEI/GDF nºs 94174970 e 94656126) e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL nos termos dos Relatórios SEI-GDF n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e n.º 235/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nºs 93679127 e 94546667), e **DECIDO**:

- 1) **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO SQUADRO/TOTALQP para manter a inabilitação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para inabilitação da recorrente permanecem;
- 2) **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso da PORTO BELO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA;
- 3) **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso do CONSÓRCIO TEATRO BRASÍLIA, tendo em vista o fato superveniente ensejador de inabilitação do referido Consórcio, em razão de ter sido declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, com base no Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 4) **DAR PROVIMENTO** ao recurso da ENGEMIL ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA, para habilitá-la;
- 5) **DAR PROVIMENTO** ao recurso da CONCREPOXI ENGENHARIA LTDA, para habilitá-la.

Sendo assim, restituo os autos para as providências necessárias visando o cumprimento da referida diligência de saneamento.

ELIE ISSA EL CHIDIAC

Diretor-Presidente

Respondendo



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 01/09/2022, às 12:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **94684649** código CRC= **03056E20**.

